

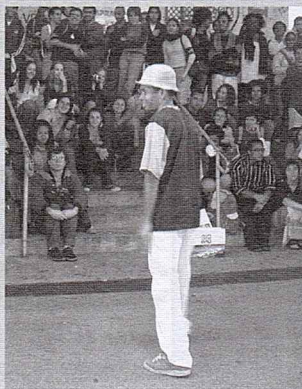
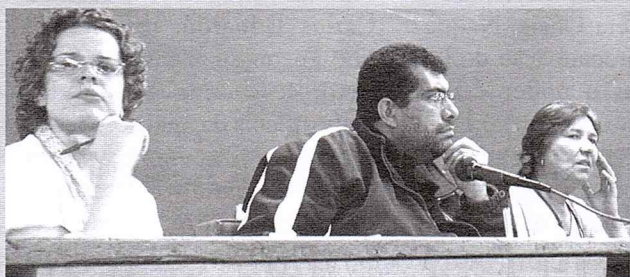
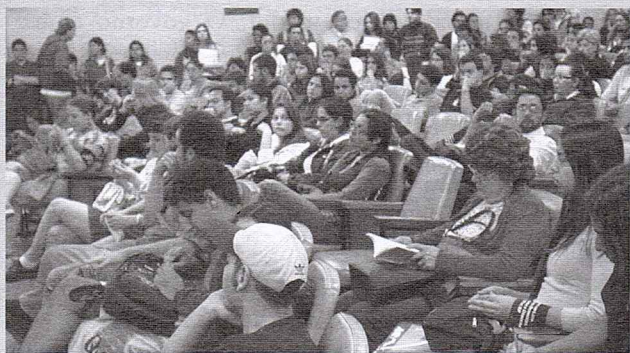
**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**

**Maura vai apresentar
diretrizes da reforma
administrativa**

*

**Uma análise sobre
as causas da crise
política nacional**

UM DIA DE PROTESTO CONTRA DEMISSÕES, SINDICÂNCIA E AS REFORMAS DA REITORIA



FOTOS DE LEANDRO DIVERA E EBANO PIACENTINI



No alto, a platéia que lotou a sala 333, tendo ao lado um de seus coordenadores, professor Erson Martins de Oliveira. Ao centro, a mesa da noite, formada pela estudante Priscila Alonso, o presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva e a presidente da APROPUC, Priscilla Cornalbas. Logo ao lado, o rap que animou a Prainha. Na parte inferior passeata final, em frente à Reitoria (à esq.) e na Praça de Alimentação (à dir.). Por fim, a estátua viva que esteve presente ao longo de todo o dia.

É preciso formular outra saída para a crise da PUC – um caminho que não passe por demissões, falta de diálogo ou formas policiais de controle. Na defesa dessa idéia, a paralisação de alunos, funcionários e professores de 20/9 atingiu boa parte das aulas e setores administrativos do câmpus Monte Alegre.

O protesto mais volumoso deste ano culminou numa passeata que percorreu os três prédios, depois de um dia inteiro de debates na sala 333, onde as recentes medidas da Reitoria foram severamente criticadas. Nos três períodos, um manifesto contendo a posição do movimento foi lido e aclamado (leia íntegra nesta edição).

Ficou evidente para a maioria dos participantes a contradição entre uma universidade que defende a excelência de ensino, mas que se enquadra dentro de padrões mercantilistas, demitindo seus trabalhadores sem justificativas plausíveis, ou aplicando medidas como a sindicância contra estudantes que protestaram na Praça de Alimentação. A presença da Igreja na administração da universidade e a implantação de carteirinhas de identificação para alunos também geraram críticas.

Nas discussões da manhã, o professor Erson Martins lembrou que a luta contra esta situação está apenas começando: “a PUC era diferenciada na defesa da qualidade de ensino e democracia interna.

Os pobres dos Estados Unidos

Não é verdade que foi preciso o furacão Katrina para expor a situação dos explorados norte-americanos. É notório que milhões vivem abaixo da linha de pobreza em todo o país. O desemprego e subemprego marcam a economia da potência. Os acontecimentos de New Orleans são uma pequena demonstração da opressão sobre a população negra e proletária.

Ressaltou, no entanto, o fato de a maioria pobre de New Orleans ter sido deixada para trás, enquanto a minoria rica fugiu da inundação. Justamente os bairros dos trabalhadores negros estavam mais expostos à turbulência do furacão. As autoridades sabiam disso e permitiram que velhos, crianças, jovens e mulheres fossem tomados pelas águas.

Após o desastre, o socorro não veio e a população ficou à mercê das águas infectadas pelo apodrecimento dos mortos e pela conexão com os esgotos da cidade. O governo estimou centenas de vítimas.

A atitude mais rápida foi a de mobilizar policiais e soldados, como se em New Orleans houvesse uma guerra, para conter os saques. Os grandes proprietários puderam se safar do Katrina e depois contar com a proteção policial de seus capitais. Não faltaram mortes de jovens saqueadores pelas armas do Estado. A vida da população pobre foi a última das preocupações do governo Bush.

A catástrofe, por si só, disse tudo. Uma economia de 13 trilhões de dólares, que controla cerca de 35% economia mundial e que gasta em segurança (militarismo) mais de 500 bilhões de dólares ao ano permite que centenas de pobres morram como ratos.

É esse mesmo capitalismo que vem saqueando a natureza e desequilibrando a ecologia. As manifestações naturais têm sofrido brutais interferências do sistema econômico mundial, voltado inteiramente para o acúmulo de capital. De forma que expressa a anarquia da produção e do consumo, desencadeando forças brutais.

O capitalismo há muito entrou na fase de decadência, cuja consequência é a destruição do homem e da natureza. Esse fenômeno geral evidencia-se nas catástrofes ecológicas, nas guerras e na miséria que assola a maioria da população mundial.

A mais poderosa potência permite que morram milhares de pessoas por serem pobres e sufocam países inteiros com suas guerras de opressão – Iraque e Afeganistão.

O governo e a burguesia norte-americana cometem crime contra a humanidade.

O problema está em que o proletariado desse país, da qual faz parte a maior parte da população negra, se encontra dispersa e dominada pela poderosa burguesia norte-americana. A desorganização e o baixo desenvolvimento político-ideológico dos trabalhadores permitem que as camadas mais pobres permaneçam esmagadas. New Orleans sob águas mostrou essa realidade para todo o mundo.

Em toda parte é preciso responsabilizar as mortes de velhos, doentes, crianças – os mais indefesos – à burguesia monopolista e racista. As críticas dos democratas ao governo republicano por não ter havido socorro urgente não fazem senão expor a politicagem dos dois partidos dominantes.

Os acontecimentos mostram que a crise da humanidade é a crise de direção política. A natureza e o homem vêm sendo destruídos. É preciso organizar um movimento internacional dos trabalhadores, em que se destaquem os pobres dos Estados Unidos. Essa é uma das lições a ser tirada da catástrofe de New Orleans.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

Para debatedores, caminhos do PT já levavam à crise

As mudanças de rumo adotadas ao longo da História pelo Partido dos Trabalhadores já apontavam para uma promiscuidade política. Com isso, o PT envolveu-se numa complexa rede de interesses – que acabou originando a atual crise política do partido e do país.

Essa hipótese surgiu no primeiro encontro da série *Convite ao debate*, promovido pela APROPUC e realizado na noite de quinta-feira, 22/9, na sala 239. Na mesa, debateram os professores Carlos Eduardo Carvalho (Economia) e Vera Chaia (Ciências Sociais). A discussão foi coordenada pelo professor Hamilton Octavio de Souza (Jornalismo).

As eleições de 2002 foram um período determinante para a situação atual, defendeu a professora Vera Chaia. Naquela época, a preocupação do PT com alcançar o poder estava mais clara do que nunca. Houve a aliança com as igrejas, na associação com o Partido Liberal (PL), somada à garantias oferecidas ao capital financeiro, cristalizada na *Carta aos Brasileiros*. Adequando-se ao personalismo nas eleições brasileiras e à centralidade da mídia, Lula também mudou seu perfil, “seguindo as mesmas etapas da venda de um produto” no mercado eleitoral.

Chegando ao Planalto, o novo governo adotou “uma política econômica muito bem conduzida, fazendo exatamente

o que se propôs a fazer: preservar o dinheiro dos banqueiros, e impedir o ganho de salário e emprego dos pobres”, completou Carlos Eduardo. Para ele, o discurso de resgate da credibilidade junto ao mercado é na verdade a compra do apoio dos aplicadores, transferindo dinheiro do governo através de juros. “É uma estratégia bastante sofisticada, não é coisa de amador. O governo compra os ricos a um preço alto, mas consegue comprar a adesão dos pobres a um preço muito baixo”, com os programas sociais compensatórios.

Causas

“O PT não se vendeu ao capital: entregou-se”, afirmou Carlos Eduardo, ressaltando que encontrar o motivo dessa rendição é uma das tarefas mais difíceis da análise. Mas as hipóteses devem levar em conta “a grande experiência de Santo André”, possivelmente o embrião do esquema de corrupção para financiamento de campanha. Na cidade então administrada por Celso Daniel, é provável que o PT tenha definido que tudo valeria para engrandecer as campanhas eleitorais e chegar ao poder. Se sim, então “as condições para o exercício da democracia representativa estão assentadas na corrupção”, concluiu o professor.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Comalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Mas está havendo um retrocesso que iguala a universidade a outras faculdades mercantilistas”.

Anselmo Antonio da Silva, presidente da AFAPUC, reafirmou a posição da entidade contra qualquer reforma que demita trabalhadores. Mais tarde, a fala do funcionário Rodrigo Cestari completou: “para os funcionários, a PUC não é apenas ambiente de trabalho. É ambiente de vida. Vou lutar até o fim. Aqui é a nossa casa”. O representante dos estudantes na mesa da manhã, Rodrigo de Souza, apontou para a importância de, neste momento, haver a união dos três segmentos da universidade. À noite, a aluna Priscila Alonso questionou: “a professora Maura está aplicando sua saída para a crise. Qual será a saída que nós daremos?”. A ameaça da Reitoria de demitir professores em janeiro de 2006 foi lembrada pela

presidente da APROPUC Priscilla Cornalbas. “Mas os professores ainda não compreenderam a complexidade e a profundidade da crise”, avaliou.

O debate também foi marcado por uma ampla participação da platéia, em que as diversas concepções de universidade afloraram, confrontando diferentes visões políticas da crise da universidade. O aluno de Economia André Perpheito abriu sua fala afirmando sua posição de direita e contra o discurso que defende os fracos e oprimidos. A reação da platéia provocou um rico debate, em que estudantes do Prédio Velho e do Prédio Novo procuraram superar suas diferenças.

A plenária apontou também para a necessidade de realização de uma auditoria independente sobre a situação financeira da universidade. À noite, foi lembrada a irônica fala que marcou a campanha eleitoral da reitora Maura: “diálogo, diálogo e diálogo”.

Propostas aprovadas

Foram várias as ações programadas pelos debates para colocar na prática a indignação da comunidade. A junção dos três segmentos da universidade em uma assembléia unificada foi defendida em muitas das intervenções. A intenção da Reitoria de descontar os dias parados dos funcionários que fizeram greve em 2004 também foi repudiada. Unir o movimento puquiiano a outros setores da sociedade, construir um ato que atravessasse os muros da PUC, e exigir a abertura completa das contas da universidade foram outras necessidades apontadas.

O espaço para a articulação dessas medidas é o recém-criado fórum permanente dos três segmentos, que se reúne toda quarta-feira, às 18h, na sede da APROPUC.

ASSEMBLÉIA

Funcionários repudiam descontos dos dias parados

Na assembléia realizada na última sexta-feira, 23/9, os funcionários administrativos decidiram não aceitar nenhuma forma de desconto nos dias parados da greve de 2004.

Segundo decisão do Superior Tribunal do Trabalho, o processo referente àquela paralisação foi arquivado sem julgamento do mérito, o que levou a Reitoria ao entendimento de que os dias parados deveriam ser descontados. A AFAPUC entrou com embargos declaratórios e, caso não consiga resultados positivos, deverá entrar com uma medida cautelar.

A reitora Maura Véras levantou, na última reunião com a associação, a possibilidade de parcelamen-

to dos descontos. Mas os funcionários presentes à assembléia indignaram-se com a postura dos gestores da universidade, considerando que a questão foi encerrada quando o reitor Antonio Carlos Ronca assinou um acordo com os funcionários onde concordava com o pagamento dos dias parados.

A posição da categoria será apresentada à Reitoria numa reunião nesta segunda-feira, 26/9.

Paralisação

Na avaliação da paralisação ocorrida na terça-feira, 20/9, o plenário aprovou o agendamento de uma assembléia conjunta com os

três setores. No entanto, encaminhou a realização de novas reuniões, onde as propostas levantadas nas plenárias possam ser melhor discutidas pela categoria.

Os conselhos superiores também fizeram parte da discussão da assembléia. Novamente, ficou patente a discordância dos funcionários com a política administrativa que vem sendo adotada pela atual gestão. Tanto no Consun, como no Cecom, os representantes dos funcionários identificaram posturas que excluía a categoria dos debates sobre os seus destinos dentro da universidade.

Uma nova assembléia dos funcionários deverá ser agendada ainda esta semana.

Consun quer debater critérios da reforma administrativa

A reunião extraordinária do Conselho Universitário, realizada na quarta-feira, 21/9, tinha como pauta a prorrogação das medidas emergenciais aprovadas no final de 2004. O professor Flávio Saraiva, vice-reitor administrativo, iniciou a sessão com a apresentação de quadros referentes à situação econômica da universidade (levados ao CAF na semana anterior), mostrando a necessidade da continuação das medidas emergenciais.

A maioria dos conselheiros, porém, questionou a falta de discussão das medidas administrativas, principalmente a demissão dos funcionários, que foram tomadas sem consulta aos conselhos superiores.

De início, a fala da Reitoria caminhou no sentido de chamar para si a responsabilidade sobre eventuais reformas administrativas na universidade. "Temos que continuar a mexer em setores inchados. Reformas administrativas são de responsabilidade do gestor", afirmava o vice-reitor comunitário João Décio Passos.

Mas, à medida que as falas dos conselheiros iam se sucedendo, percebia-se que a vontade do Consun era de que todas as medidas fossem discutidas naquele plenário. "A Reitoria não tem o direito de tomar medidas sem o balizamento do Consun, inclusive as medidas de reorganização administrativa", contestou a professora Ana Bock.

O professor Dirceu de Mello, reportando-se ao período pré-eleitoral, lembrou que, tanto em sua plataforma como no programa da professora Maura Vêras, eram rejeitadas quaisquer soluções da crise que passasse por sacrifícios das conquistas dos trabalhadores da casa. Dirceu também levantou sua preocupação quanto aos boatos que apontavam os professores como as próximas vítimas das reformas administrativas da Reitoria. Nessa direção, a professora Madalena Peixoto, diretora do Centro de Educação, também indagou sobre quando o Consun discutiria as medidas estruturais.

A reitora Maura Vêras respondeu as indagações afirmando que, com os nú-

meros que a Reitoria encontrou ao assumir, os cortes seriam inevitáveis. Maura garantiu, porém, que os cortes somente serão feitos depois de ouvidas as chefias. Quanto aos professores, a reitora admitiu a necessidade de mudanças nos contratos de trabalho, mas disse que essas mudanças só serão feitas depois que a comissão que discute a resolução 65/78 terminar seus estudos.

Falta de critérios

A conselheira Maria Bernardete Maciel lembrou a total falta de critérios que norteou as últimas demissões. Para a funcionária, a Reitoria vem agindo com dois pesos e duas medidas, pois, para os professores, quando se cogita mudanças, procede-se a um reestudo da norma que regula os seus contratos, enquanto que para os funcionários a demissão é sumária.

Uma das poucas vozes discordantes foi a do professor Carlos Eduardo Carvalho, que defendeu a adoção de um plano de emergência para reduzir os gastos com professores, sob pena de termos, até o final do ano, uma intervenção direta da Igreja na PUC-SP.

Antes de se iniciar a votação das medidas de emergência, a professora

Maura Vêras informou que, na próxima sessão do Consun, a ser realizada nesta quarta-feira, 28/9, serão apresentadas as diretrizes que nortearão a reforma administrativa proposta pela Reitoria.

Medidas emergenciais

No tocante à aprovação das medidas emergenciais, foram descartadas a realização de vestibular semestral, que já havia acontecido em julho, e a suspensão temporária da realização de concursos para a carreira docente, que agora está regulada pela deliberação 12/2005.

A suspensão de novas contratações, aplicação rigorosa da deliberação 65/78 e revisão das horas em disponibilidade dos professores foram incorporadas à medidas estruturais. Os conselheiros avaliaram que essas devem ser normas aplicáveis cotidianamente na universidade. A promoção de funcionários será retomada, mas a Reitoria vai estudar caso a caso à luz da nova realidade financeira da universidade.

A redução das verbas de representação foi mantida, bem como o credenciamento do ensino à distância e a campanha de doação de fundos.



EBANO PIACENTINI

A sala P-65 ficou lotada para assistir à sessão extraordinária do Consun

Manifesto em defesa do ensino e do trabalho

As demissões coletivas de funcionários indicam uma orientação administrativa da PUC até então desconhecida. A Reitoria pôs em andamento medidas que descarregam a crise sobre quem trabalha e estuda. O corte de um contingente de funcionários é apenas um primeiro passo. Outros virão. Está aberto um processo que rompe a estabilidade social da universidade e coloca confrontos.

Chama atenção a desconsideração da Reitoria com a entidade representativa dos funcionários – AFAPUC. As demissões foram desfechadas como um ato administrativo unilateral pela reitora Maura, desconhecendo que foi eleita pelos três setores. Simplesmente se fazem cálculos, contraem novos empréstimos e decidem destruir postos de trabalho. Colocam a Reitoria eleita à mercê do avalista da Cúria Metropolitana.

A maioria que elegeu a Reitoria não pode permanecer alheia aos planos de novo endividamento, expansão, demissões e marginalização dos estudantes pobres. Acreditamos que o processo traumático de orientação mercantil para a “crise financeira” apenas começou. Está no horizonte próximo a quebra do acordo histórico sobre o contrato de trabalho dos docentes.

Setores da burocracia universitária há tempo combatem a AFAPUC e APROPUC e todos os setores que se colocam em luta, com o objetivo de quebrar a resistência de quem sempre defendeu os direitos trabalhistas, o ensino científico e crítico e a democracia universitária.

A intimidação ao movimento estudantil é outra faceta do problema.

A sindicância contra manifestantes que exigiam bolsa-alimentação é resposta repressiva e rejeição às reivindicações. Protege os interesses do locatário do restaurante, em detrimento de um protesto que visa chamar atenção da Reitoria para o fato de que existem estudantes bolsistas que sequer têm como se alimentar. Trata-se de um problema social concreto. Qual a resposta? Marginalizá-los da universidade? Expulsá-los da PUC por estarem desempregados, ganharem pouco e pertencerem a camadas pobres da população? A Reitoria espera

que os centros acadêmicos fiquem de braços cruzados? Querem que o individualismo impere?

A sindicância é própria de uma direção da universidade alheia à vida social, que tem suas contradições agravadas pelo sistema capitalista cada vez mais explorador, concentrador de renda e gerador de uma vasta camada de jovens desempregados.

A PUC se caracterizou, entre as universidades particulares, por não eliminar os conflitos sociais, políticos e educacionais por meio da repressão e do autoritarismo. Característica que não se configurou ao acaso ou pela generosidade de alguém, mas por um processo coletivo de discussão, constituição das entidades representativas, organização de um movimento social, eleição para reitor, órgãos colegiados etc. Vemos que a democracia universitária está em perigo. Não pôde avançar e está em retrocesso. É preciso defendê-la, como parte da defesa do ensino científico e crítico e das conquistas trabalhistas.

Desde o início da reconstrução do movimento social contra a ditadura militar, tivemos clara a ligação entre ensino e trabalho, entre universidade privada e pública. O que está em questão é a imposição de retrocessos em todas essas características. As demissões de funcionários não são um fato isolado e circunstancial. Representam uma orientação que compromete conquistas sociais e educacionais.

Chamamos a atenção de estudantes, funcionários e professores para a gravidade da situação. Chamamos a união e mobilização de todos contra as demissões e contra a punição repressiva aos estudantes.

Estamos pela autonomia e democracia universitárias. É preciso barrar a ofensiva de demissão e repressão. Rechaçar a reestruturação mercantilista da Educação. Esse é o conteúdo de nossa mobilização unitária e de nosso protesto à Reitoria.

Este manifesto foi lido e aprovado por aclamação pelos participantes das três plenárias ocorridas no dia 20/9/2005

Crescimento & Desenvolvimento: A agenda atual

“É como se o país fosse murchando, desaparecendo. O Estado brasileiro vai perdendo capacidade de direção, de decisão”.

Celso Furtado

Folha de São Paulo, 9/9/99.

Maria Angélica Borges

No momento atual, para se contrapor aos alarmantes problemas do país, o governo proclama, com a retórica já conhecida de todos, as benesses atuais da democracia e estabilidade econômica, esquecendo-se de que democracia é, antes de qualquer outra mediação politicista, acesso às conquistas materiais da sociedade. Democracia é direito a comer, habitar e vestir-se, antes de qualquer outra satisfação. Os sistemas financeiros nacional e internacional têm sido atendidos plenamente nas suas necessidades e os recursos do país, fruto do trabalho árduo de seu povo, escoam-se pelas veias da financeirização crescente a que o planeta assiste neste melancólico começo do século XXI.

Não haveria outra forma de os gestores da política e da economia brasileiras encaminharem as soluções das questões nacional e democrática? A esta pergunta vários intelectuais da vida cabocla têm se pronunciado, numa incansável denúncia e com várias indicações de propostas que não encontram, infelizmente, uma acolhida maior, no sentido de ser organizada uma frente de oposição, somando-se diferentes setores descontentes. E a comunidade puquiãna, através da *Semana de Economia*¹, enfrenta este debate, colocando na sua pauta de discussões as irresoluções da retomada do crescimento do país casadas com o desenvolvimento econômico, político e sócio-cultural.

Será que seremos, eternamente, vítimas do pensamento único e submergiremos, sem outras alternativas, às leis naturais do mercado, tão propaladas pelo pensamento

neoliberal? Ou será possível, a nós brasileiros, derrotar as forças situacionistas e tentar construir uma nova forma de produzir e reproduzir nossa história? A cada momento da história da humanidade, o que impera e aparece como resultado para a sociedade são as lideranças representantes das forças hegemônicas construídas através das lutas entre os vários segmentos sociais, ou seja, as forças políticas em jogo, constituídas pelos partidos políticos e demais atores da sociedade civil, os quais, por meio, de suas múltiplas ações, determinam a resultante. Esta, por sua vez, põe-se como a síntese dos diversos interesses e constrói a equação do poder. Como o movimento tem que ser organizado, pois a espontaneidade das angústias e revoltas não é suficiente para transpor a linha da opressão — ou, como diria Kurz, do totalitarismo econômico — as forças em luta necessitam de uma plataforma que as unifique. Mesmo que seja num primeiro momento, pois os diferentes interesses existentes na frente ampla, com a evolução dos acontecimentos, tendem a se agudizar e a formar novos blocos de poder.

Os neoliberais preferem travar o debate dentro do cenário internacional, criando a ilusão heróica de que o capitalismo resolve os problemas da humanidade e que um dia chegaremos lá. Estamos vivendo a infância deste sistema e algum dia seremos tão desenvolvidos como o G-7. Teremos direito a mercado comum, moeda única, acompanhados de inflação contida e acesso às maravilhas da sociedade de consumo.

Diferentemente dos laudatários do sistema, os seus opositores denunciavam esse mar-de-rosas e colocam o dedo nas feridas do modo de produ-

ção capitalista: fome, analfabetismo, ausência de condições dignas de saúde, higiene, habitação etc.

Enfim, foge ao modelo de análise monetarista/neoliberal — que quer separar a política da economia e defender o capitalismo naturalista como o *locus* adequado para a realização das necessidades da sociedade —, a capacidade de encontrar respostas.

Os problemas estruturais da economia nacional e internacional, interligados ao todo social, estão longe de terem conseguido uma solução adequada, sequer satisfatória. O capitalismo continua na berlinda e o discurso da globalização não tem forças para encobrir todos os seus desarranjos. Mais do que nunca, para além da denúncia dos desastres, é necessário buscarmos novos caminhos de construção da emancipação humana.

Pautados por essa agenda, o Departamento de Economia, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, o C.A. Leão XIII, convidam a todos para o debate.

Maria Angélica Borges é professora titular do Departamento de Economia da FEA/PUC-SP

¹Semana de Economia — de 27 a 30 de setembro — Tema — “Brasil e América Latina: Impasses e Desafios para o Desenvolvimento”. Objetivo da Semana: discutir os impasses e os desafios da América Latina e do Brasil na busca do desenvolvimento, levando em conta a experiência neoliberal com a intensificação da concentração de renda e o agravamento do desemprego e da pobreza

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Evento comemora 10 anos de *Margem Esquerda*

Como parte das comemorações pelos seus dez anos de existência e na ocasião do lançamento do sexto número da revista *Margem Esquerda*, a Boitempo Editorial promove de 27/9 a 5/10 o II Seminário Margem Esquerda.

Em discussão, *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: A Obra Indisciplinada* de Michael Löwy. Profundo conhecedor das obras de Marx, Rosa Luxemburgo e Lukács, Löwy tem livros traduzidos em mais de 22 países. É autor, entre outros títulos, de *Método dialético e teoria política* (1989) e *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen* (1987).

O evento contará com oito mesas redondas para discutir a produção do intelectual, na USP, Unicamp e Unesp Araraquara. No encerramento, haverá uma conferência do próprio Michael Löwy na PUC-SP, no auditório da Cogea, em 30/9, às 19h. Estarão presen-



Caricatura de Karl Marx, com a revista *Margem Esquerda* ao fundo

tes neste dia os pensadores João Machado Borges Neto, Lúcio Flávio de Almeida, Luiz Eduardo Wanderley, Marcelo Ridenti e Teresinha Bernardo. Para o debate de encerramento, é preciso ins-

crever-se pelos telefones 3670-8517/8111/8337. Mais informações sobre a programação no site www.boitempoeditorial.com.br ou nos telefones 3875-7285 e 9626-2724. A entrada é gratuita.

ANÁLISE

Economia discute desafios latinos ao desenvolvimento

A Semana de Economia da PUC ocorre de terça a sexta-feira, no Tucarena e na sala 239, com o tema Impasses e Desafios para o Desenvolvimento no Brasil e América Latina. O evento reunirá pensadores da PUC, USP e Unicamp, e terá como mediadores professores e estudantes da PUC.

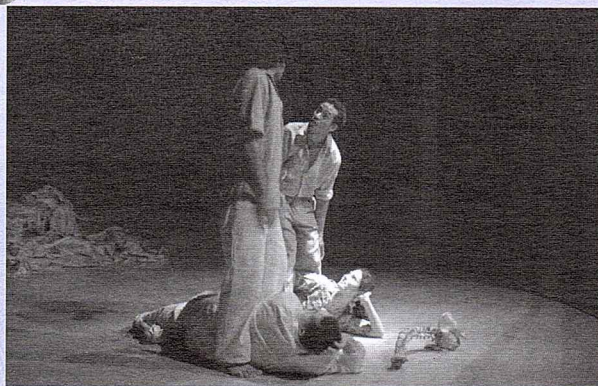
Na terça, às 9h, Francisco de Oliveira (USP) debate com Rosa Maria Vieira (PUC-SP) a atualida-

de do pensamento de Celso Furtado no capitalismo periférico. À noite, Carlos Eduardo Carvalho (PUC-SP), Oswaldo Coggiola (USP) e Wilson Cano (Unicamp) discutem as estratégias recentes de desenvolvimento da Argentina, Venezuela, Uruguai e Chile contrapostas ao Brasil. Na quarta, o tema é A Hegemonia Norte-Americana e o Grande Capital Mundializado: O Espaço do Brasil e da América Latina, e os palestran-

tes serão José Martins (USP) José Carlos Braga (UNICAMP) e Rubens Sawaya (PUC-SP). Na quinta, às 9h, Plínio de Arruda Sampaio (Unicamp) fala sobre A Questão Agrária no Brasil e o Agrobusiness Capitalista.

A realização é do Centro Acadêmico Leão XIII e do Departamento de Economia da FEA, e conta com o apoio do Pós em Economia Política.

Rola na rampa



JORGE CLAUDIO RIBEIRO

Releitura de *Morte e Vida Severina* emociona

Na semana passada, em 22/9, os alunos do curso de teatro do Tuca apresentaram uma releitura da peça *Morte e Vida Severina*. O Tucarena estava lotado, e o espetáculo foi muito aplaudido pelo público. Após a encenação, Silnei Siqueira, que dirigiu a representação de *Morte e Vida* em 1965, na inauguração do Tuca, teceu elogios à performance dos novos

atores. A apresentação da releitura fechou um ciclo de homenagens do Tuca ao que representou e ainda representa a encenação da peça durante a ditadura militar. Na semana anterior, o coral do Tuca fez uma apresentação de canções da peça, e o professor Erson Martins de Oliveira fez uma análise da obra poética de João Cabral de Melo Neto.

Eleições para conselhos podem ter duas chapas

Duas chapas estão se formando para as eleições dos conselhos no Centro de Ciências Humanas (CCH). Os estudantes fizeram uma reunião na quinta-feira, em que discutiram a formação de um programa para os representantes em todos os conselhos. Como houve divergências, dois grupos se constituíram: alunos de Ciências Sociais, História, Psicologia e Serviço Social devem lançar candidatos com um programa, e alunos de Letras, Jornalismo e outros estudantes de Serviço Social e História devem sair com outra proposta.

CAF analisa custos dos cursos

Atendendo a uma solicitação do professor Flávio Saraiva, vice-reitor administrativo, informamos que a próxima sessão do Conselho de Administração e Finanças (CAF) discutirá em sua pauta um estudo a ser apresentado pela vice-reitoria administrativa sobre os custos dos cursos, e não aumento de mensalidades, como havíamos anunciado em nossa edição anterior.

Cecom perto de aprovar política de drogas

A Reitoria levou ao Conselho Comunitário na terça-feira, 20/9, a proposta de uma política de drogas para a universidade. O projeto será votado numa reunião extraordinária marcada para esta quinta-feira, 29/9. De acordo com o documento distribuído aos conselheiros, essa nova política seria norteadada por um trabalho conjunto de professores, funcionários e alunos em relação ao uso de drogas. As ações dividiriam-se em dois campos: a comunidade em geral (campanha de conscientização, estímulo ao esporte e atividades culturais) e o usuário (abordagem pelo agente de área, com encaminhamento ao

Projeto de Atendimento Comunitário na reincidência, e aplicação de sanções disciplinares regimentais caso o problema não se resolva). O atendimento no PAC teria cunho psico-social. A aplicação das medidas disciplinares caberia à Direção da Faculdade, no caso dos alunos, ou à chefia imediata, no caso de funcionários ou alunos. O conselheiro Michel Porsino, estudante de Direito, questionou o vice-reitor comunitário João Décio Passos sobre a regulamentação das carteirinhas para identificar alunos, aprovadas na sessão anterior do Cecom. "Talvez na próxima reunião ordinária", comentou João Décio.



Imagens Musicais no saguão da Biblioteca

Está em cartaz no saguão da Biblioteca Central a exposição *Imagens musicais*, com fotos de Marco Aurélio Olímpio, funcionário do Laboratório de Foto da Comfil. São 80 imagens que Marcão, com seu grande amor à música brasileira, registrou nestes últimos 13 anos. Segundo o fo-

tógrafo, a exposição representa apenas uma parcela de seu trabalho, já premiado por várias vezes, sobre artistas que se apresentaram em shows nos últimos anos. No destaque, o maestro e arranjador Laércio de Freitas, o Tio, uma das figuras mais queridas da noite paulistana.